

PTnotícias

JORNAL DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES — ANO VII — ESPECIAL — Dezembro-2005



UM BRASIL MAIS JUSTO

Resultados da PNAD 2004 comprovam que o governo Lula reduziu as desigualdades de renda, com aumento do nível de emprego e melhoria das condições de vida da população.

Contra fatos, não há argumentos

Os resultados excepcionais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2004 refletem os esforços do primeiro governo de esquerda do país em cumprir com o compromisso de promover o crescimento econômico com a geração de emprego e renda como forma de reduzir as desigualdades sociais.

O desempenho constatado pela pesquisa produzida pelo IBGE sinaliza que, nos dois primeiros anos do governo Lula, avançamos mais em matéria de redução da pobreza do que os dois mandatos de FHC.

Esse contexto positivo — com queda brusca dos níveis de miséria, aumento da taxa de ocupação e redução da concentração de renda — espelha não apenas o crescimento permanente e sustentável, mas também o acerto de políticas econômicas dirigidas à diversificação produtiva e ao incremento do crédito e da competitividade. Progressivamente está sendo gerado um ambiente virtuoso de crescimento, de reestruturação produtiva e de aumento dos índices de investimento no Brasil.

Foram várias as ações políticas colocadas em prática pelo Estado, e que fogem à lógica monetarista dos governos que nos precederam. A atual gestão promoveu o incentivo vigoroso às exportações, a diversificação dos investimentos feitos pelo BNDES, estimulou o microcrédito, ampliou significativamente os investimentos na agricultura familiar via Pronaf, criou uma política permanente de recuperação do salário mínimo e de formalização do trabalho.

Ao mesmo tempo, a pesquisa já traz os primeiros reflexos do aumento das transferências de renda focalizadas no Estado, como o Bolsa-Família, que atende hoje a 8 milhões de famílias e é considerado o maior programa de transferência condicionada de renda do mundo. Este e outros programas assistenciais do governo, além de permitirem uma condição de vida mais digna aos brasileiros, estão dando um impulso vertiginoso à economia do Nordeste, que apresentou taxas de crescimento até seis



vezes maiores do que a média nacional nos últimos seis meses.

Para atingir as Metas do Milênio, acertadas na reunião do Social Summit, promovida pela ONU em Copenhague (Dinamarca), em 2000, o Brasil deveria manter uma média de 2,7% ao ano de redução da miséria até 2015. No ritmo atual, o Brasil vai conseguir reduzir a miséria pela metade até 2015.

Mas é possível reduzir ainda mais este prazo. Com a maturação dos projetos lançados pelo atual governo — a operacionalização do programa de biodiesel, a auto-suficiência em petróleo e o Bolsa-Família ampliado a 11 milhões de famílias, além das políticas consistentes de ampliação do acesso à educação e saúde — e com as condições ideais para a redução dos juros reais no

próximo ano, temos convicção de que a PNAD 2005 trará, no ano que vem, indicadores ainda melhores na redução das desigualdades sociais no Brasil.

Na contramão de todos esses indicadores, alguns críticos da oposição e de setores da mídia, agindo politicamente ou em interesse próprio, vêm sistematicamente contestando índices e desmerecendo seus reflexos na vida dos cidadãos. Mas contra fatos, não há argumentos. Os avanços constatados pela pesquisa calam os incrédulos e fortalecem governo, partido e a luta da militância para manter a bandeira da transformação social hasteada no Planalto.

Humberto Costa

Secretário Nacional de Comunicação

ÍNDICE

■ País está menos desigual.....	3
Redução da pobreza foi “espetacular”, conclui FGV	3
■ Nível de emprego é o melhor em uma década	4
Participação feminina no mercado é recorde	4
Cresce carteira assinada no campo	4
“Resultados de pesquisa são tira-teima contra críticos” – Entrevista	5
Governo cumpre meta de 100 mil novos postos mensais	5
■ Brasileiro tem melhor qualidade de vida.....	6
As ações do governo	6
Um Estado atuante	7
Dutra: Protagonismo da sociedade é essencial	7
■ Educação avança e reduz abismo social	8
Ações democratizam acesso a universidades	8

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL
DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Presidente nacional do PT: Ricardo Berzoini
Secretário nacional de comunicação: Humberto Costa

Edição: Priscila Lambert - MTb 31085

Redação: João Paulo Soares (subeditor)

e Claudio Cezar Xavier

Assessor administrativo: Rodrigo Zamprogna

Ilustrações: Vicente Mendonça

Infográficos: Samuel Cabral

Diagramação: Sandra Luiz Alves

SEDE: Rua Silveira Martins, 132

São Paulo, SP, CEP 01019-000

Tel.: (11) 3243-1313 – Fax: (11) 3243-1349

E-mail: ptnot@pt.org.br

Página na internet: www.pt.org.br

Tiragem: 20.000 exemplares

Fotolitos e impressão: King Gráfica

País está menos desigual

Pesquisa divulgada pelo IBGE mostra que, já no segundo ano do governo Lula, houve acentuada redução das desigualdades sociais, com aumento do nível de emprego e maior distribuição de renda

Um minucioso retrato da realidade brasileira – divulgado no fim de novembro pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – mostra que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva está fazendo do Brasil um país menos desigual.

Os dados são relativos a 2004 e constam da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, feita anualmente pelo IBGE. O levantamento informa que, somente no ano passado, as políticas do governo federal ampliaram o total de postos de trabalho; estabilizaram o rendimento dos trabalhadores; reduziram o índice de desemprego para 9%, o menor em seis anos; e promoveram uma efetiva descontração da renda nacional, com os 5% mais ricos perdendo parte do bolo para os 50% mais pobres.

Também com base na PNAD 2004, a FGV (Fundação Getúlio Vargas) divulgou estudo mostrando que a taxa de miséria naquele ano, na comparação com 2003, caiu 8% – índice considerado “espetacular” pelo coordenador do Centro de Políticas Sociais da Fundação, o economista Marcelo Neri (*leia texto nesta página*).

A pesquisa do IBGE ouviu quase 400 mil pessoas em todo o país e é o primeiro documento a espelhar os resultados das medidas tomadas a partir de janeiro de 2003, quando Lula tomou posse.

Ações

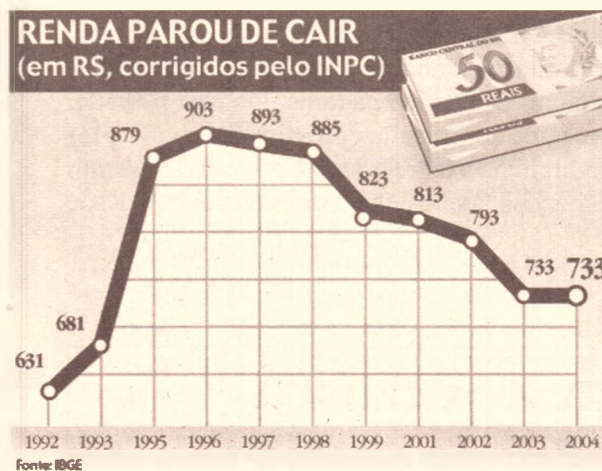
Os números revelam, também, que o presidente está cumprindo seu compromisso de promover crescimento econômico com distribuição de renda, já que em 2004 o PIB (Produto Interno Bruto) teve aumento de quase 5%.

A conciliação das duas metas foi possível graças a um conjunto de ações que permitiram a dinamização da indústria, o fortalecimento das economias locais, o desenvolvimento das regiões mais pobres, a democratização do crédito e a otimização dos programas de transferência de renda – até o final de 2005, somente o Bolsa-Família atingirá a marca de 8,7 mi-



lhões de lares atendidos, com recursos da ordem de R\$ 17 bilhões.

O governo Lula também reorganizou a máquina administrativa e devolveu ao Estado seu papel de formulador de políticas públicas, investindo na agricultura familiar, em programas de qualificação de jovens, na valorização do salário mínimo, em projetos de infra-estrutura básica e em dezenas de ações para setores sociais tradicionalmente ignorados pelo poder público, como, por exemplo, as comunidades quilombolas e indígenas.



MELHORA NA DESIGUALDADE

Os 10% mais ricos dos trabalhadores tiveram perda de renda. Entre os mais pobres, o ganho chegou a até 4,1%

Faixa de renda	Ganho médio (em R\$)	Desempenho em 2004 (em %)
10% mais pobres	76	4,10
Entre 10% e 20% mais pobres	180	2,30
10% mais ricos	3.266	-1,70
5% mais ricos	4.643	-2,20
1% mais rico	9.274	-0,70

Fonte: IBGE

MISÉRIA EM QUEDA

Redução da pobreza foi “espetacular”, conclui FGV

A redução das desigualdades no governo Lula retirou da faixa de extrema pobreza 3 milhões de brasileiros, segundo constatação do estudo “Miséria em Queda”, realizada pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) com base nos números da PNAD 2004. Deixam de ser miseráveis, na metodologia da FGV, pessoas com renda mensal superior a R\$ 115.

Entre 2003 e 2004, a taxa de miséria teve redução de 8%, atingindo seu nível mais baixo desde 1992. Na avaliação do Centro de Políticas Sociais da FGV, a queda foi fortemente influenciada pela diminuição da distância entre ricos e pobres.

O estudo mostra que a renda domiciliar per capita de todas as fontes (trabalho, aluguéis, programas

sociais e outros componentes que integram o rendimento de uma família) teve aumento real.

“Houve uma queda espetacular no índice de pobreza em 2004, movida pelo aumento da ocupação, redução da desigualdade de renda do trabalho e pelo aumento de transferências focalizadas do estado”, afirmou o economista Marcelo Neri, coordenador do Centro de Políticas Sociais.

Neri também atribuiu a queda da pobreza ao crescimento econômico do país e listou fatores como estabilidade da inflação, reajuste do salário mínimo, recuperação do mercado de trabalho, aumento da geração de empregos formais e ainda o aumento da presença do Estado na economia.

“Há uma nova geração de programas sociais que está fazendo a sociedade brasileira enxergar que é preciso dar mais a quem tem menos e entre os exemplos estão o programa Bolsa-Família e o programa de aposentadoria rural. A cobertura destes dois programas alcança os bolsões de pobreza das zonas mais distantes dos grandes centros, reduzindo a miséria”.

Segundo o estudo da FGV, em 2004, 25,08% da população brasileira vivia abaixo da linha de pobreza. Em 2003, eram 27,26%. Para a FGV, o Brasil segue um ritmo compatível com o das Metas do Milênio, que busca reduzir a pobreza à metade em 25 anos (de 1990 a 2015). O estudo completo está na página da fundação na Internet (www.fgv.br/ibre/cps).

Nível de emprego é o melhor em uma década

Sólida política de incentivo às exportações e saldo comercial recorde contribuíram para a criação acelerada de postos de trabalho e queda na taxa de desemprego. Do total de novas vagas, 60% foram com carteira assinada

O vigor apresentado pela economia brasileira em 2004, combinado com ações específicas do governo Lula para geração de empregos, levaram o país a atingir a melhor taxa de ocupação em uma década. A PNAD 2004 constatou que, em cada cem brasileiros em idade ativa, 56 estavam trabalhando em 2004 – o maior índice desde 1996.

Ao contrário do que ocorreu após o Plano Real, em 1995 e 1996 – quando proliferaram empregos informais e precários – a qualidade dos postos de trabalho também cresceu: 60% dos empregos criados em 2004 foram com carteira assinada.

“A situação hoje é bem diferente”, ressalta o ex-ministro do Trabalho (2004 a julho/2005) e atual presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini. De acordo com ele, naquela época, com o Plano Real, a redução abrupta da inflação gerou uma renda artificial, sem uma política consistente de fomento às exportações, o que levou rapidamente a um esgotamento do mercado.

Hoje, com uma política robusta de crescimento das exportações e saldo comercial recorde, tornou-se possível a melhora de qualidade dos postos.

Participação feminina no mercado é recorde



Bordadeira expõe trabalho em feira de agricultura familiar, em AL

Nunca houve tantas mulheres no mercado de trabalho quanto em 2004. De cada cem mulheres, 45 estavam ocupadas – índice recorde. Mudanças culturais, econômicas e demográficas – como a redução do número de filhos, a maior instrução feminina e o incentivo às cooperativas – explicam esse avanço. Dos 2,7 milhões de postos de trabalho criados em 2004, 1,5 milhão foi ocupado por mulheres.

Além dos programas de apoio às exportações, que resultaram numa expansão de US\$ 60 bilhões em 2002 para US\$ 114 bilhões nos últimos 12 meses, os resultados refletem, ainda, uma série de ações de inclusão e valorização do trabalhador, como a criação de uma política permanente de recuperação do salário mínimo, a formalização do trabalho e capacitação do trabalhador, o financiamento aos pequenos empreendedores e a inclusão de jovens.

A PNAD aponta ainda que, no atual governo, a taxa média de desemprego caiu ao menor índice dos últimos seis anos, passando de 9,7% em 2003 para 9% em 2004.

No ano passado, foram criados 2,7 milhões de postos de trabalho no país – um crescimento de 3,3% em relação ao ano anterior. Ao todo, em dois anos de governo Lula, foram gerados 3,7 milhões de vagas.

A formalização no mercado de trabalho aparece ainda em outros indicadores. No ano passado, quase metade dos trabalhadores brasileiros (47,3%) contribuíram para a Previdência Social e 18% eram sindicalizados, ambos os maiores patamares desde 1992.

Cresce carteira assinada no campo

A agroindústria exportadora e a intensificação da fiscalização no campo foram responsáveis por um dos bons resultados da PNAD 2004. Em um ano, a proporção de trabalhadores com carteira assinada entre os ocupados na atividade agrícola passou de 30% para 32,3%. É o nível mais alto desde a década passada: segundo o IBGE, o índice era de 24,8% em 1992.

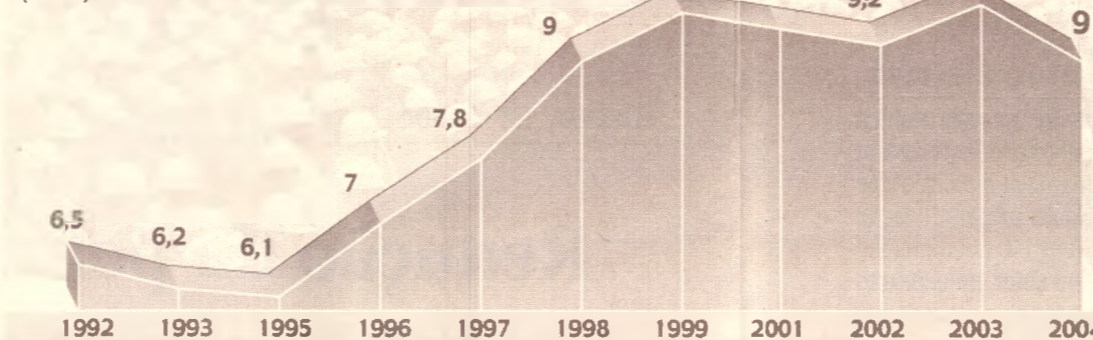
O diretor do Departamento de Fiscalização do Trabalho do Ministério do Trabalho, Leonardo Soares, atribuiu o avanço às ações de fiscalização do governo na zona rural para combater a informalidade e o trabalho escravo, ao crescimento da economia, ao desempenho das exportações e ao aumento da profissionalização na agroindústria. As ações de fiscalização contra o trabalho escravo subiram de 30 operações em 85 fazendas, em 2002, para 76 em 275 propriedades em 2004. O número de trabalhadores pegos sem carteira pelos fiscais e que foram registrados chegou a 173.641 no ano passado. De janeiro a outubro deste ano, foram legalizados outros 103.704 trabalhadores.



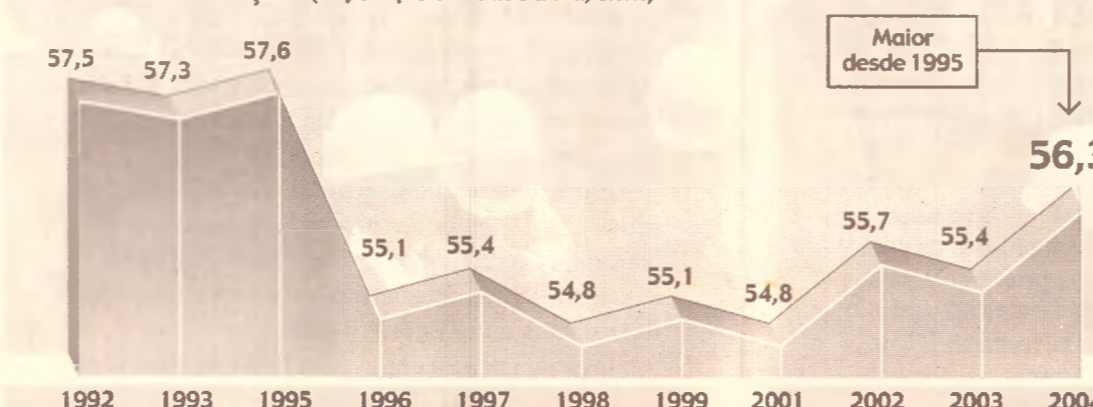
Divulgação

POPULAÇÃO OCUPADA ESTÁ MAIOR

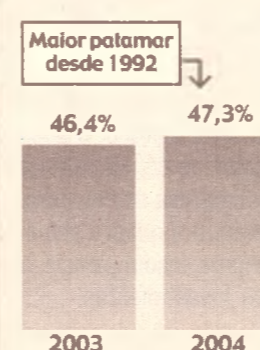
TAXA DE DESEMPREGO (em %)



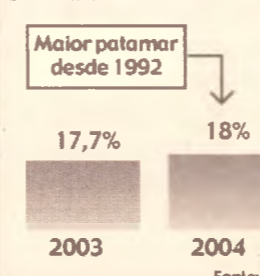
NÍVEL DE OCUPAÇÃO (População em idade ativa, em %)



PREVIDÊNCIA Parcela dos trabalhadores que contribuíram para instituto da Previdência



SINDICALIZAÇÃO Parcela dos trabalhadores que estavam associados a sindicatos



Fonte: IBGE

ENTREVISTA – RICARDO BERZOINI, EX-MINISTRO DO TRABALHO E ATUAL PRESIDENTE DO PT

“Resultados de pesquisa são tira-teima contra críticos”

Os resultados da PNAD com relação ao emprego calam a oposição?

É realmente um tira-teima, porque sempre que o governo anuncia os resultados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), a oposição e alguns analistas da imprensa dizem que este não é o melhor instrumento e que teria distorções. E a PNAD mostrou que o Caged estava certo quanto aos empregos formais. Também mostrou que o multiplicador que usamos para projetar o total de empregos está certo. Para se ter uma idéia, a PNAD apontou, em dois anos, 3,8 milhões de empregos. Dados do Caged para o mesmo período davam conta de 2,3 milhões de novas vagas formais. Portanto, criamos 1,5 milhão de empregos a mais, que são outras ocupações: empregos domésticos, ocupações da agricultura familiar ou da economia familiar urbana. Ou seja, são pessoas que estão ocupadas economicamente e com renda. Isso resulta em um multiplicador equivalente a 0.65. Se somarmos os dados de 2005, que são até agora de 1,5 milhão de empregos, segundo o Caged, e projetar este multiplicador, teremos mais cerca de 2 milhões de empregos. Portanto, teremos um total de 5,8 milhões de empregos em apenas 3 anos.



Ricardo Berzoini, presidente nacional do PT

Por quê? A redução abrupta da inflação gerou uma renda nova, mas que não veio acompanhada de uma política de exportações, o que rapidamente levou a um esgotamento, com déficit comercial brutal e déficit na balança das transações correntes. Já no quadro atual, temos recorde de exportações, saldo comercial recorde e 2% do PIB em superávit nas transações correntes. A situação, hoje, mostra que é possível

combinar esses instrumentos: crescimento e geração de emprego e números saudáveis na balança de pagamentos e na conta de transações correntes.

Chama a atenção o aumento de postos de trabalho com carteira assinada...

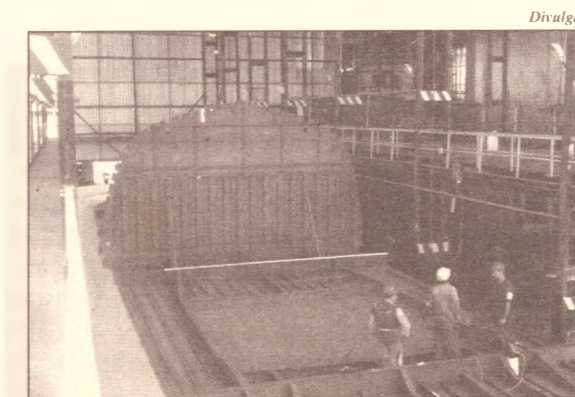
Exatamente. Além de termos um crescimento vigoroso do número de vagas, que ocorreu em velocidade maior do que o próprio crescimento da economia, o Brasil conseguiu melhorar a qualidade dos postos de trabalho com o aumento dos postos formais. Ao mesmo tempo, o país mostra que a combinação entre uma política macroeconômica responsável e uma política microeconômica dirigida para a geração de empregos funciona e pode funcionar ainda mais com a queda da inflação e com a potencial queda de juros.

Então esses resultados devem melhorar?

Sim. A pesquisa já comprova que é possível fazer a economia crescer e, ao mesmo tempo, distribuir renda, manter a inflação sob controle e, com a redução dos juros, acelerar o crescimento, porque temos, para o ano que vem, as condições ideais para baixar a taxa de juros reais em até 5 pontos até o meio do ano. Não há nenhuma pressão inflacionária à vista que possa significar uma política monetária mais cuidadosa. Então acredito que, no ano que vem, vamos estar numa condição ainda mais virtuosa, porque teremos a maturação de vários projetos que o presidente Lula lançou, como a operacionalização do programa de biodiesel, a auto-suficiência em petróleo, o crescimento da frota de veículos com motor flexível, e o Bolsa-Família chegando a 11 milhões de famílias. Aliás, é bom ressaltar que a PNAD reflete resultados do primeiro ano do Bolsa-Família. Esses programas todos estão gerando uma modificação no perfil de renda, que tende a se acentuar em 2005.

O que difere a atual recuperação daquela ocorrida após o Plano Real?

A atual situação é bem diferente. Naquela época, ao contrário do que está ocorrendo hoje, cresceu o trabalho informal, precário. Naquele período, a base do crescimento foi uma renda artificial.



GOVERNO CUMPRE META DE 100 MIL NOVOS POSTOS MENSIAIS

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem cumprido sistematicamente a meta de criar mais de 100 mil empregos formais mensais até o fim de seu mandato. Nas duas gestões tucanas, a média foi de apenas 8.302 vagas por mês.

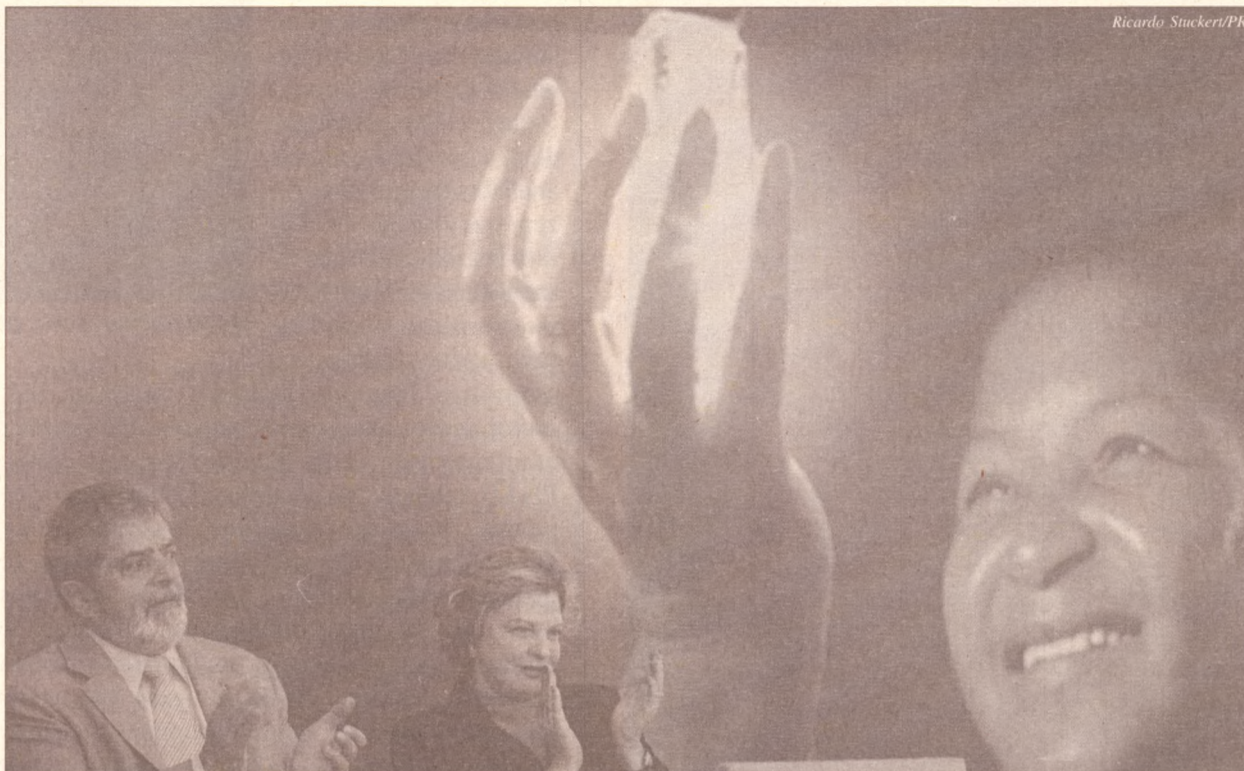
Brasileiro tem melhor qualidade de vida

Políticas públicas contribuem para aprimorar a estrutura das moradias e ampliar o acesso dos domicílios a esgotamento sanitário e abastecimento de água

A melhoria na renda da população mais pobre, combinada com ações específicas do Estado na área de infra-estrutura urbana e rural, contribuíram para a melhoria das condições de vida da população brasileira nos dois primeiros anos do governo Lula. Conforme constata a PNAD 2004, houve uma ampliação do acesso das famílias brasileiras a esgotamento sanitário, abastecimento de água e energia elétrica, e as moradias estão menos precárias.

Entre 2003 e 2004, o número de domicílios com esgotamento sanitário adequado cresceu de 68,1% para 69,6%, passando a beneficiar 2,7 milhões de novas famílias – quase 11 milhões de brasileiros. No mesmo período, mais de 3 milhões de moradias passaram a ser atendidas com coleta de lixo (aumento de 2,7%) e outros 4 milhões de lares passaram a ter acesso a água potável de qualidade (3,4%).

Conforme ressaltou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em discurso proferido em novembro, o atual governo investiu, em dois anos e meio, 14 vezes mais recursos do que o governo passado entre 1999 e 2002. “Precisamos assumir definitivamente o compromisso de que saneamento não é gasto, é investimento; de que saneamento básico é melhoria da qualidade de vida e saúde das pessoas; e de que saneamento básico gera muitos empregos no Brasil”, afirmou.



Ricardo Stuckert/PR

De acordo com o balanço de 30 meses divulgado pelo governo, foram investidos R\$ 6,1 bilhões na área de saneamento ambiental nos últimos dois anos e meio, somando recursos do FGTS, Orçamento da União e Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A maior parte das obras foi voltada às áreas de abastecimento de água, esgoto sanitário, resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais. A expectativa é de que essas obras venham a beneficiar cerca de 5,6 milhões de famílias. O ex-ministro das Cidades, Olívio Dutra,

avalia que estes investimentos devem apresentar forte impacto nos próximos números da PNAD.

A implementação do novo marco regulatório de saneamento ambiental, uma iniciativa do atual governo e em tramitação no Congresso, também trará novos avanços para o setor, uma vez que definirá quem pode outorgar concessões – hoje em disputa entre Estados e municípios – e possibilitará a atração de investimentos privados e o planejamento para definir onde e quanto investir.

AS AÇÕES DO GOVERNO

Cisternas

Segundo números do PNAD, em 2004, apenas 16,8% das moradias não estavam servidas por rede de abastecimento de água, enquanto em 1999 esse percentual chegava a 20,2%. Além do acesso à rede de abastecimento, o governo também intensificou a ação em áreas de carência de água potável por meio da construção de cisternas. Como parte do Programa Fome Zero, foram construídas, entre 2003 e maio de 2005, mais de 63 mil cisternas. Outras 50 mil devem ser construídas até o final do ano. As cisternas garantem água durante todo o ano para consumo humano e manutenção de pequenas hortas para subsistência.

Investimentos em Habitação

A pesquisa do IBGE constatou uma tendência de declínio na proporção de moradias rústicas, construídas com materiais não apropriados. De 1999 para 2004, no total dos domicílios particulares permanentes, a proporção de habitações rústicas diminuiu de 3,6% para 2,5%.

Os números, segundo o ex-ministro das Cidades, Olívio Dutra, já refletem os esforços do atual governo nesta área. A partir de 2003, houve um aumento significativo do vo-

lume de investimentos federais em habitação para famílias de baixa renda. Enquanto em 2000 foram destinados menos de 20% dos recursos do FGTS em moradia para essas famílias, no ano passado o investimento foi de 42,5%. Para este ano, a previsão é de que 60% do orçamento da Habitação sejam aplicados junto às populações mais carentes.

Luz para Todos

Em cinco anos, o percentual de habitações sem iluminação elétrica reduziu-se à metade, chegando a apenas 2,6% em 2004. De 2003 para 2004, a taxa de crescimento dos domicílios com iluminação elétrica aumentou 2,9%. Um dos principais fatores que levaram à redução de domicílios sem luz elétrica foi a implementação do programa “Luz para Todos”. Criado pelo governo do presidente Lula em novembro de 2003, o programa possibilitou o acesso à energia para 200 mil famílias — cerca de um milhão de pessoas — desde que foi lançado. O objetivo do governo é utilizar a energia como estímulo ao desenvolvimento social e econômico dessas comunidades. Atualmente, estão em execução serviços para garantir o acesso a mais 127 mil famílias.

Novo modelo para o setor elétrico

Outro fator que estimulou investimentos na rede elétrica foi a conclusão, em 2004, da reorganização institucional do setor elétrico, o que permitiu uma nova definição das regras de comercialização da energia no país e a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). O novo modelo reverteu o quadro antes observado no setor, de explosão tarifária, inadimplência, obras paralisadas e de desestímulo aos investimentos.

O incremento da capacidade instalada de geração de energia foi de 12,2%. Encontram-se também em fase de construção 61 linhas de transmissão, que totalizam 6.283 quilômetros. Isso resultará num total de investimentos de R\$ 5,17 bilhões, até 2007, e representará um aumento de aproximadamente 7% da oferta na rede básica. Esses avanços permitirão continuar os bons resultados na área, apontados pela PNAD.

O governo também está investindo em projetos de energia alternativa renovável, distribuídos pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica — Proinfa — em 63 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), 54 parques eólicos e 20 unidades térmicas (para investimentos em energia por meio de biomassa).

Um Estado atuante

Além das políticas públicas voltadas à melhoria do acesso à infra-estrutura, há uma série de outras ações do Estado – como a democratização do sistema financeiro, incentivo à agricultura, oferta de microcrédito e programas de transferência de renda – que contribuíram para uma melhor distribuição da renda e resultaram na redução das desigualdades sociais constatadas pela PNAD 2004. Confira algumas delas:

BOLSA-FAMÍLIA

Em 2003, o governo Lula unificou todos os programas de transferência de renda em torno do Bolsa-Família, que tornou-se o maior do tipo da história do Brasil. Mais de 8 milhões de famílias são beneficiadas atualmente com uma renda média de R\$ 65 mensais. Os recursos investidos passaram de R\$ 3,4 bilhões, em 2003, para R\$ 5,3 bilhões em 2004. Neste ano, devem chegar a R\$ 6,5 bilhões. Em 2002, último ano do governo FHC, os programas de transferência de renda, juntos, dispunham de apenas R\$ 2,2 bilhões. Além de propiciar um maior poder de consumo aos beneficiados, o Bolsa-Família condiciona a transferência à participação das famílias em programas de saúde, educação e segurança alimentar.

PRONAF

Depois de vários anos com os valores congelados em R\$ 2,4 bilhões e os contratos em 900 mil, o Pronaf (Programa Nacional da Agricultura Familiar) avançou e atingiu 1,7 milhão de contratos, com recursos da ordem de R\$ 6,1 bilhões na safra 2004/2005. Para a safra 2005/2006, o governo colocou à disposição dos agricultores o valor recorde de R\$ 9 bilhões e pretende chegar a 2 milhões de contratos. O aumento dos recursos veio acompanhado de políticas de desconcentração, com a inclusão, no programa, de mais de 700 mil agricultores, especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Com a ampliação deste programa, o governo Lula fortaleceu a agricultura familiar – um setor estratégico, seja pela oportunidade de gerar emprego e renda, seja pela importância na oferta de alimentos – e melhorou a qualidade dos assentamentos. Até 2002, 90% deles não tinham água potável, e para 80% não havia luz elétrica nem estradas de acesso. Em 2004, os novos serviços de assistência chegaram a 423 mil famílias, ou 70% dos assentamentos.

MICROCRÉDITO

O governo Lula criou uma política de democratização de crédito que beneficiou milhares de trabalhadores, aposentados e pensionistas, bem como micro, pequenas e médias empresas. O microcrédito, a regulamentação do crédito com desconto em folha de pagamento para trabalhadores e a criação de contas simplificadas injetaram bilhões de reais no mercado, ajudando a manter a economia aquecida. De 2003 até julho passado, foram abertas 6 milhões de contas simplificadas. No mesmo período, foram realizadas 7,6 milhões de operações de crédito popular em todo o sistema financeiro. A inclusão no sistema bancário propicia às pessoas mais oportunidades de negócio e melhores condições de consumo. O microcrédito incentiva, por exemplo, a compra de material de construção e desenvolvimento de pequenos empreendimentos a juros reduzidos. Fo-

ram criadas várias modalidades de microcrédito. Entre 2003 e 2004, o BNDES teve 92% de suas operações voltadas para 106 mil micro e pequenas empresas

VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO

No governo Lula, o salário mínimo deixou de ser apenas um referencial econômico para se transformar num instrumento efetivo de distribuição de renda. Em 2005, o mínimo teve o maior aumento real dos últimos 10 anos, saltando de R\$ 260 para R\$ 300. O reajuste foi 8,8% superior à inflação medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Se medido pela variação do dólar, o mínimo teve aumento de 136% nos últimos três anos: valia US\$ 56 quando Lula tomou posse, em janeiro de 2003, e hoje vale em torno de US\$ 136. O atual governo também está investindo numa política de valorização constante. A partir de 2006, além da reposição inflacionária, o reajuste do mínimo vai incorporar os índices de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto). Dentro dessa estratégia de longo prazo, também foi criada uma comissão quadripartite (governo, trabalhadores, empresários e aposentados) para debater o assunto permanentemente, e não apenas às vésperas de cada aumento anual. Comissões como esta existiam quando o salário mínimo foi criado, em 1940, mas estavam desativadas desde a década de 60.

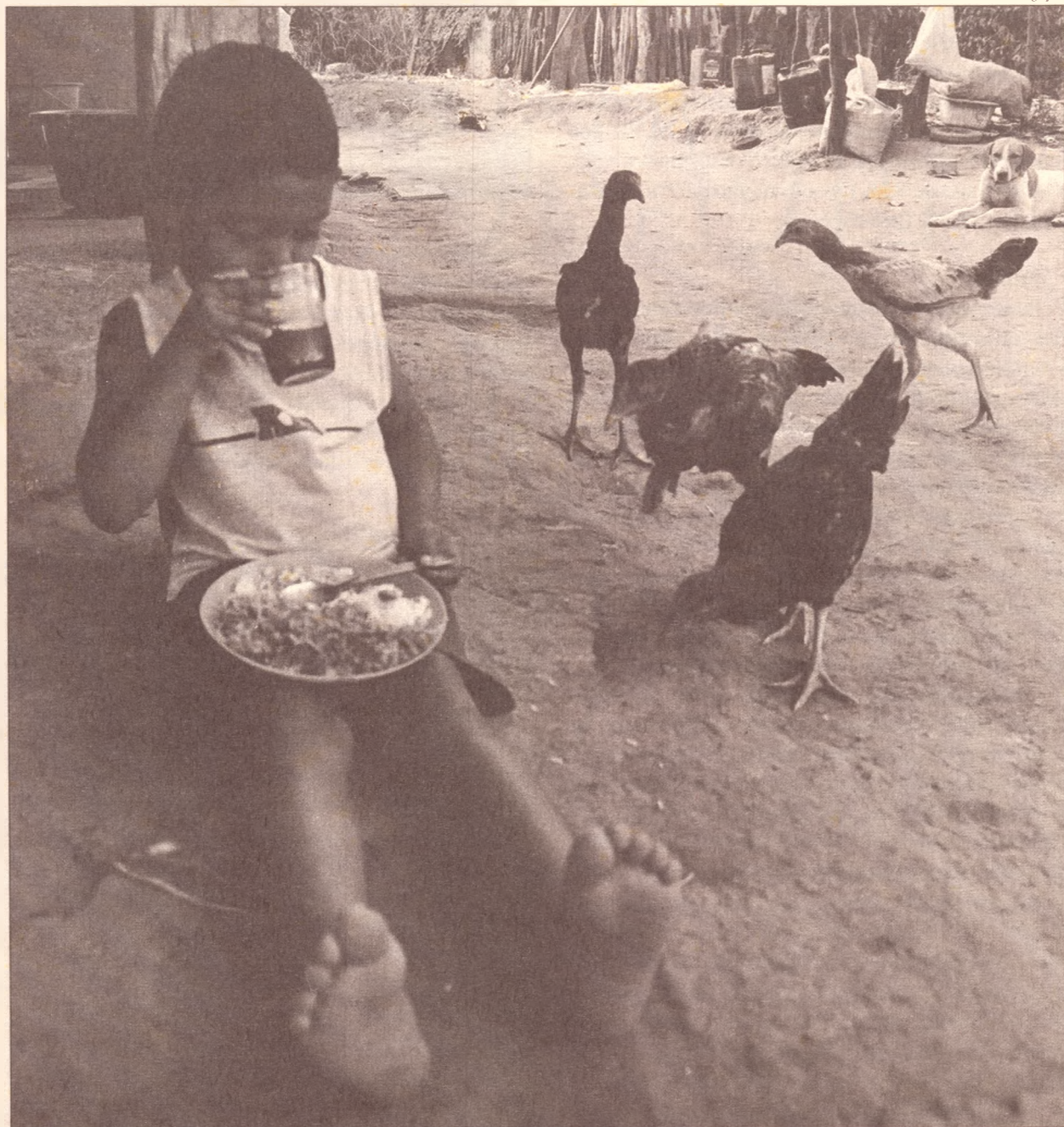
Dutra: Protagonismo da sociedade é essencial

Os resultados positivos da PNAD já trazem reflexos da mudança de postura do governo Lula na aplicação das políticas públicas municipais. A afirmação é do ex-ministro das Cidades, Olívio Dutra, hoje presidente do PT-RS. “Está havendo um esforço do governo Lula, através do Ministério das Cidades e do protagonismo das organizações comunitárias, que levaram a um direcionamento de recursos de infra-estrutura para demandas das famílias com renda mais modesta”, afirmou, referindo-se à ampliação do diálogo com as organizações sociais, mais próximas das reais necessidades de suas comunidades. Para Dutra, com a continuidade dessa política, “os números da PNAD só podem melhorar, ainda neste governo”.

Apesar dos investimentos recordes, Olívio considera o orçamento do Ministério das Cidades escasso para o tamanho das demandas. Por isso, o “protagonismo” da sociedade é considerado essencial para formular as políticas, para otimizar a utilização dos recursos e obter um controle público melhor de sua aplicação. “Sem isso, os recursos se dispersam ou são mal aplicados”, explicou.

O ex-ministro considera que, se por um lado, a abrangência do trabalho do ministério não parece surtir efeito imediato, os dados da pesquisa do IBGE revelam uma “semeadura de grandes coisas que começam a frutificar”. Para ele, a própria criação do Ministério das Cidades, logo no primeiro ano do governo Lula, foi fundamental para a melhoria dos indicadores sociais.

Divulgação



Educação avança e reduz abismo social

Melhoria nos níveis de escolarização, também detectada pela PNAD 2004, deve se acentuar ainda mais com programas de longo prazo do governo Lula

Apontada como fundamental para o desenvolvimento econômico e a diminuição do abismo social, a Educação também teve consideráveis avanços no Brasil. Segundo a PNAD, entre 1999 e 2004 houve “melhoria acentuada” no nível de escolarização das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade.

Nesse período — e considerando os ensinos pré-escolar, fundamental e médio — a parcela que não freqüentava escola diminuiu de 29% para 18,2% no grupo de 5 e 6 anos de idade; de 4,3% para 2,8% no de 7 a 14 anos; e de 21,5% para 17,8% no de 15 a 17 anos.

Ao mesmo tempo, a taxa de analfabetismo, outro importante indicador, também sofreu recuo. Entre as pessoas de 10 ou mais anos de idade, caiu de 12,3%, em 1999, para 10,4%, em 2004. Na faixa etária de 10 a 14 anos, onde se espera que a criança esteja pelo menos alfabetizada, a taxa baixou de 5,5% para 3,6%.

A pesquisa do IBGE apontou também que a rede pública de ensino atendia, em 2004, a grande maioria dos estudantes de 5 anos ou mais de idade (80,9%). A porcentagem, porém, ainda é pequena se considerado apenas o ensino superior, onde só 26,1% dos alunos estão na escola pública. Nos demais níveis, os índices são de 85% (ensino médio), 89% (fundamental) e 75,7% (pré-escolar).

Fundeb

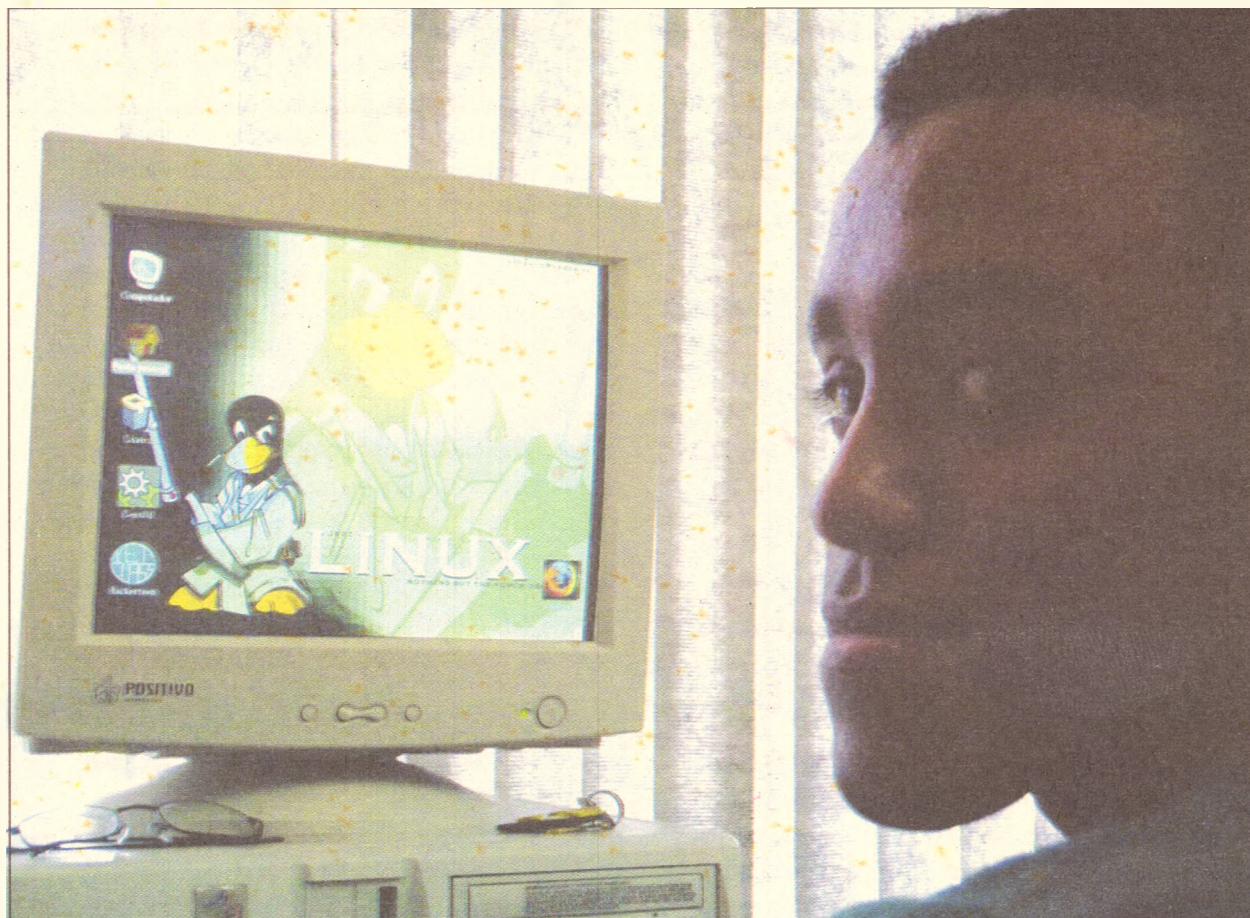
Parte destes resultados reflete políticas desenvolvidas ou melhoradas no governo Lula. Além disso, os investimentos no setor devem ter considerável expansão a partir de 2006 com a criação do Fundeb, o fundo que amplia os investimentos do setor público em todos os níveis da educação básica: infantil, fundamental, médio e educação de jovens e adultos.

A proposta do Fundeb tramita no Congresso Nacional e deve ser aprovada ainda este ano. Ele substituirá o atual Fundef, que cobre apenas o ensino fundamental. O novo fundo atenderá, em suas necessidades específicas, diversas realidades dos alunos — por série, idade e locais onde estudam.

Com duração de 14 anos (2006-2019), o Fundeb será implantado de forma gradativa. Até chegar ao quarto ano de vigência, o objetivo é atender 47,2 milhões de alunos com investimentos públicos anuais de R\$ 50,4 bilhões, dos quais R\$ 4,3 bilhões provenientes da União. As verbas federais serão 800% superiores à média anual do Fundef.

Segundo o Mec, pelo menos 60% dos recursos, inclusive da complementação da União, serão destinados ao pagamento dos salários dos profissionais do magistério. O programa também abrirá mais vagas nas escolas; possibilitará a melhoria da infraestrutura dos estabelecimentos e a formação continuada dos professores de toda a educação básica.

No último dia 28 de novembro, o ministro da



Luciano Catarino

Fazenda, Antonio Palocci, anunciou que as creches também serão incluídas no Fundo — atendendo à reivindicação de educadores, mães, parlamentares e integrantes do próprio governo. A proposta é, inicialmente, destinar R\$ 200 milhões para este setor.

Segundo a deputada Iara Bernardi, relatora do Fundeb na comissão especial da Câmara dos Deputados, outras reivindicações também começam a ser

atendidas. Ela destaca o valor mínimo de aporte por aluno e o piso salarial dos professores.

O Fundo terá R\$ 1,9 bilhão em 2006, se for aprovado até final deste ano. O valor foi garantido por determinação do presidente Lula, segundo anúncio feito pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, durante a primeira audiência pública da comissão especial da Câmara, em 25 de novembro.

Ações democratizam acesso a universidades

Entre as ações do atual governo para democratizar o acesso ao ensino superior, o ProUni (Universidade para Todos) destaca-se como o maior programa de bolsas de estudo da história da educação brasileira. Possibilita o acesso de milhares de jovens pobres à educação superior, representando uma política pública de ampliação de vagas, estímulo ao processo de inclusão social e geração de trabalho e renda.

O programa concede bolsas integrais e parciais em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao programa.

Anualmente, as universidades federais brasileiras ofertam 122 mil vagas nos vestibulares. O ProUni, já no seu primeiro processo seletivo, ofereceu 112 mil bolsas integrais e parciais em 1.142

instituições de todo o país. É o maior número de vagas criadas na educação superior em apenas um ano. Nos próximos quatro anos, o programa deverá distribuir 400 mil novas bolsas.

O governo também está investindo na criação de 9 universidades federais e de 36 novos campi, o que amplia significativamente o número de vagas, interioriza a educação pública gratuita e combate as desigualdades regionais.

Com Lula, os investimentos no ensino superior aumentaram 47%. Em 2005, as 55 universidades federais receberam cerca de R\$ 1,7 bilhão, sendo R\$ 1,389 bilhão para o reajuste de docentes e técnicos administrativos e outros R\$ 260 milhões para o custeio das universidades. Nos dois primeiros anos do governo Lula, foram contratados 2.344 professores. Outros 6 mil devem ser admitidos até 2006.